



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas	
CEIOP	
N.º Único	554755
Entrada/Saída n.º	305
Data	12/7/2016

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Economia, Inovação
e Obras Públicas
Deputado Hélder Amaral

Assunto – PEDU [Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano]

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata pediu recentemente a V. Exa as diligências necessárias à audição nesta Comissão do Presidente da CCDR-N bem como do senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, na sequência de notícias preocupantes vindas a público referentes a um processo de candidatura a fundos dos PEDU, alegando interferências directas da tutela que desvirtuariam o seu desfecho e a atribuição final dos respectivos fundos.

Reforçando os motivos de preocupação subjacentes àquele pedido de audição, o Prof. Emídio Gomes ouvido nesta data, em sede desta Comissão e na qualidade de ex-Presidente da CCDR-N, confirmou a existência prévia de interferências no processo de decisão, procurando condicioná-lo, e o facto de ter sido inclusivamente confrontado com a divulgação prévia de informação infundada na comunicação social, mas que apontava já os resultados enviesados do processo como facto consumado.

A recusa por parte deste Gestor na publicação de aviso para um concurso público de acesso a fundos estruturais aberto aos 29 municípios elegíveis, mas que por alegada determinação directa do senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, estaria já pré-destinado especificamente a apenas 7 municípios, incluindo os respectivos montantes, culminaria inversamente na acusação de não acatamento de uma instrução da tutela e na nomeação de um novo responsável para aquelas funções.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Atendendo a que todo este processo indicia falhas graves, no mínimo uma inaceitável falta de transparência, tendo presente ainda que está em causa a atribuição de fundos comunitários e que em última análise compete ao Estado português assegurar perante as próprias instituições europeias a correcção de processos e o escrupuloso respeito pelas regras, torna-se indispensável ouvir o senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão enquanto directamente visado, dispensando-se na circunstância e pelos motivos expostos a audição do senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas anteriormente solicitada.

Porque o ocorrido - uma vez mais se frisa -, não prestigia as instituições nacionais nem os mais altos responsáveis pelas mesmas, o assunto deve merecer a maior das atenções e o seu mais rápido esclarecimento.

Assim sendo, os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP vêm, por este meio, requerer a Vossa Excelência, as necessárias diligências no sentido de:

1. Ser ouvido com carácter de urgência nesta Comissão a que V. Exa preside, o **senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão**;
2. **Obter o documento escrito** enviado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento e da Coesão à CCDR-N, que dava instruções concretas sobre a forma como deveria proceder-se à distribuição dos fundos comunitários do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

Lisboa, 08 de Julho de 2016.

Os Deputados,